



## Turistificação e a questão ambiental na zona costeira do Estado de Alagoas, Brasil

### Tourism and the environmental issue in the coastal zone of the State of Alagoas, Brazil

Klévia Lima Delmiro<sup>(1)</sup>; Claudionor de Oliveira Silva<sup>(2)</sup>

(1)Mestra em Gestão e Política da Educação; Professora pesquisadora da UAB-UFAL; Maceió, Alagoas; klevia.delmiro88@gmail.com;

(2)Doutorando em Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, Bolsista CAPES, geografia.gestao@hotmail.com

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

*Recebido em: 20 de fevereiro de 2017; Aceito em: 20 de março de 2017; publicado em 30 de 03 de 2018. Copyright© Autor, 2018.*

**RESUMO:** Turismo, uma atividade capitalista globalizada, vem se desenvolvendo por praticamente todo o mundo. Devido sua complexidade e conexão com diversos setores da economia, acredita-se que as atividades turísticas podem dinamizar as demais atividades socioeconômicas e assim contribuir para o desenvolvimento de diversos tipos de regiões, em países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Com base nesse entendimento, o governo vem incentivando a expansão do turismo na região nordeste do Brasil. O objetivo dessa pesquisa foi analisar as possibilidades de se alcançar o desenvolvimento sustentável com base no turismo, na zona costeira do estado de Alagoas a partir de um projeto ou política pública que incluía a educação ambiental. O estudo adotou uma abordagem predominantemente teórica, focada na natureza do capitalismo e de suas relações com a exploração econômica dos recursos naturais através do turismo. Sempre que adequado, foram mencionados aspectos específicos do turismo na zona costeira alagoana, recorte territorial adotado no trabalho. No caso do estado de Alagoas, verifica-se que o turismo vem se expandindo de forma rápida por sua zona costeira, mas que há lugares mais densamente ocupados do que outros. Conclui-se que a despeito do uso da retórica do desenvolvimento sustentável, essa parte do território alagoano vem sendo turistificada com base no modelo do crescimento a qualquer custo.

**Palavras-chave** Educação Ambiental, Capitalismo, Desenvolvimento Sustentável.

**ABSTRACT:** Tourism, a globalized capitalist activity, has been developing around the world. Due to its complexity and connection with several sectors of the economy, it is believed that tourist activities can stimulate other socioeconomic activities and thus contribute to the development of different types of regions in underdeveloped and developed countries. Based on this understanding, the government has been encouraging the expansion of tourism in the northeastern region of Brazil. The objective of this research was to analyze the possibilities of achieving sustainable development based on tourism, in the coastal zone of the state of Alagoas, based on a project or public policy that includes environmental education. The study adopted a predominantly theoretical approach, focused on the nature of capitalism and its relations with the economic exploitation of natural resources through tourism. Where appropriate, specific aspects of tourism were mentioned in the coastal zone of Alagoas, a territorial cut adopted at work. In the case of the state of Alagoas, it is verified that tourism has been expanding rapidly by its coastal zone, but that there are places more densely occupied than others. It is concluded that in spite of the use of the rhetoric of sustainable development, this part of the Alagoan territory has been touristified based on the growth model at any cost.

**Keywords:** Environmental Education, Capitalism, Sustainable Development.

## INTRODUÇÃO

O turismo tem uma diversidade de ângulos de pesquisa cada vez mais ampla e consistente. Este trabalho aborda as interfaces do turismo e ressaltam alguns dos diversos aspectos da relação espaço/sociedade/capitalismo/desenvolvimento sustentável, empreendendo uma discussão na esfera do ambiente costeiro e seus ecossistemas, como também traz uma reflexão sobre a educação ambiental e sua correlação com a atividade turística. Analisa a existência de problemas e conflitos provenientes do uso dos espaços litorâneos pela atividade turística e salienta que há dois modos contemporâneos de produção do turismo ambos sem preocupação com o meio ambiente e o turismo sustentável daí ressalta a discussão sobre a importância de se desenvolver projetos de educação ambiental para minimizar tais impactos.

O litoral tem sido submetido ao perverso processo de turistificação do espaço promovido pela lógica capitalista globalizada. São inúmeros empreendimentos e projetos turísticos na zona costeira que se apoiam na retórica da sustentabilidade, mas que na prática estão distantes de serem atividades de desenvolvimento sustentável. Frequentemente esses projetos causam impactos socioambientais e distorções na distribuição de seus benefícios, tanto em relação aos ambientes nos quais são implantados quanto às comunidades locais.

Em poucas décadas, regiões periféricas transformaram-se em áreas de grandes influências globais, experimentando um crescimento dramático. Como consequência das transformações passou a enfrentar problemas de ocupação espacial desordenada e falta de infraestrutura básica.

A rápida transformação de áreas litorâneas em destinos turísticos, incentivada pelo estado e comandada pelo capital internacional e grande empresário, resulta no processo de mercantilização da natureza, transformando-as em commodity pelos agentes econômicos (ERA, 2005). Vilas de pescadores são transformadas em centros de serviços, dotadas de hotéis e pousadas, marcadas pelo consumo fácil, gerando contradições e choques socioeconômicos ecológicos e culturais.

Com a interferência estatal ou não, a forma pela qual o homem, segundo Marx (2004), transforma a si mesmo, aos outros e principalmente a natureza que o cerca, se intensifica conforme o desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas exigências produtivas numa relação contínua de exploração no suprimento de suas necessidades, reinventadas a cada dia pelo próprio capital (ANDERY, 1996, s. d.).

A possibilidade também criada pelo homem de não só controlar, mas principalmente de adaptar o meio natural, conforme o intenso desejo da produção acarretou histórica e dinamicamente intensos impactos ambientais por longo tempo relativamente imperceptíveis mediante os bons e compensatórios resultados alcançados. Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa foi analisar as possibilidades de se alcançar o desenvolvimento sustentável com base no turismo, na zona costeira do estado de Alagoas a partir de um projeto ou política pública que inclua a educação ambiental.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Do ponto de vista da metodologia, foi adotada uma abordagem predominantemente teórica, com base na relação turismo, educação ambiental, zona costeira e desenvolvimento sustentável. Sempre que adequado, foram apresentadas questões relacionadas à relação turismo/meio ambiente na zona costeira de Alagoas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado de Alagoas tem uma zona costeira com 230 km de extensão, subdividida em três partes, a saber: litoral norte, sul e central (figura 1), onde se encontra a capital do estado, Maceió. A zona costeira alagoana compreende 25 municípios (CORREIA & SOVIERZOSKI, 2008, p. 18).

**Figura 1** – Mapa administrativo da zona costeira do estado de Alagoas



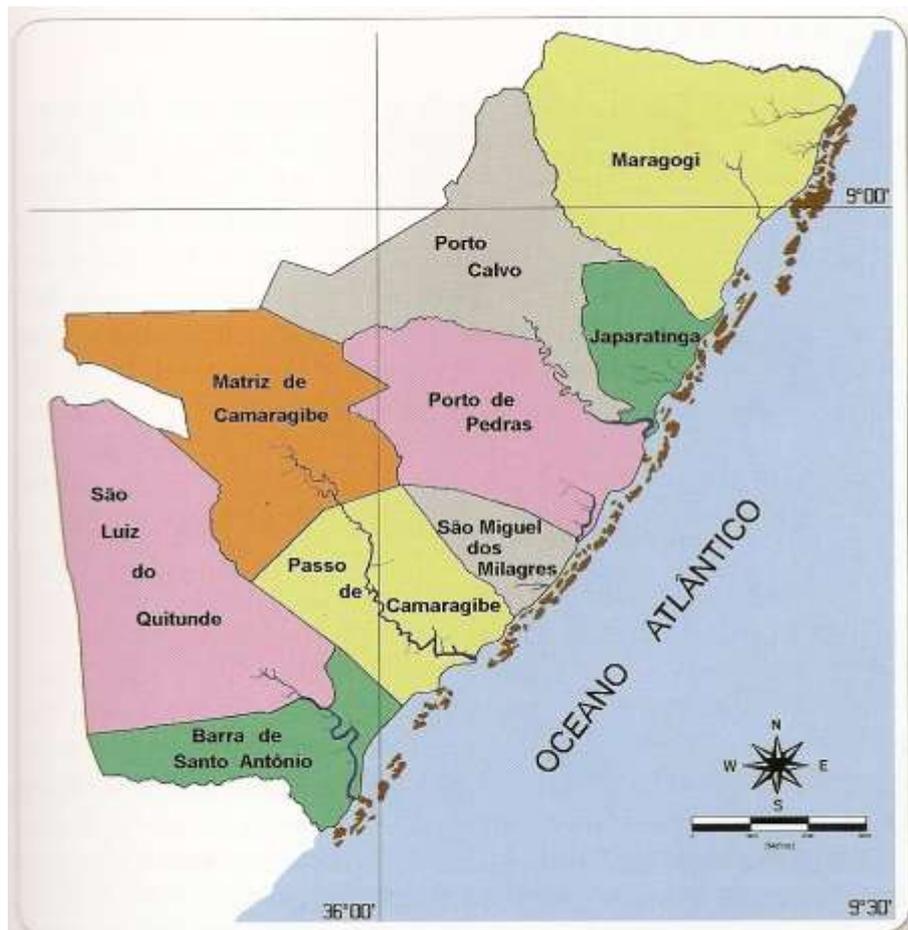
Fonte: Correia; Sovierzoski, 2008.

Ao longo desta faixa litorânea existem distribuídos inúmeros ecossistemas que caracterizam a maior parte do litoral da região nordeste do Brasil. Entre esses ecossistemas se destacam: Mata Atlântica, praias, restingas, dunas, manguezais, recifes de coral e recifes de arenito.

Os ecossistemas costeiros e marinhos estão incluídos entre os ambientes mais vulneráveis e ameaçados na maior parte do mundo. Uma das principais razões para essa condição é que aproximadamente 2/3 da população mundial vive nas zonas costeiras (ROBERTS, 2007).

Toda a zona costeira de Alagoas sofre influência direta do oceano atlântico, proporcionando um clima quente e úmido. O Litoral Norte apresenta uma área de aproximadamente 2.066 km<sup>2</sup>, distribuídos por nove municípios: Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Barra de Santo Antônio, Porto Calvo, Matriz do Camaragibe e São Luiz do Quitunde (figura 2).

**Figura 2** – Mapa com a localização dos municípios do Litoral Norte do Estado de Alagoas



Fonte: CORREIA; SOVIERZOSKI, 2008.

Os ambientes recifais encontram-se entre alguns dos mais sensíveis ecossistemas costeiros. Uma vez sofrendo intervenções humanas que os alterem, os recifes de corais leva um longo período de tempo para se recompor. Por isso, o desenvolvimento espontâneo, isto é, sem planejamento do turismo no litoral norte alagoano tem colocado em risco o equilíbrio desse ecossistema na região.

Por seu turno, o Litoral Sul, possui uma área de aproximadamente 2.403 km<sup>2</sup>, sendo constituído de seis municípios os quais fazem ao norte divisa com a Lagoa do Roteiro e com o Rio São Francisco. São eles: Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe, Feliz Deserto, Piaçabuçu e Penedo.

Diante desse quadro, torna-se urgente que principalmente o poder público assuma suas responsabilidades institucionais frente ao processo de ocupação produtiva da zona costeira do estado de Alagoas. Sem isso, a situação dessa área tão sensível do ponto de vista ambiental poderá se tornar crítica, como muitos trechos do litoral brasileiro. Na realidade, nos municípios de Maragogi, Japaratinga, Barra de Santo Antônio, Maceió e Coruripe a ocupação desordenada sobre a linha de praia, conjugada com a hidrodinâmica litorânea, tem-se verificado a ocorrência de intensa ação erosiva, destruindo o patrimônio privado, bens públicos e, o que é pior, afetando seriamente o potencial de desenvolvimento das áreas afetadas para o turismo e atividades de recreação.

A preocupação em preservar o meio ambiente do estado tem proporcionado ações ora isoladas, ora em parceria, tanto por iniciativa do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e do Instituto Meio Ambiente (IMA). Essas instituições possuem núcleos específicos para o desenvolvimento de ações e atividades de educação ambiental voltada às comunidades e populações do litoral, notadamente pescadores e catadores de caranguejos e mariscos.

A questão mais crítica relacionada ao meio ambiente diz respeito ao de esgoto no mar sem tratamento e a presença de lixo nas praias urbanas, a exemplo do riacho Salgadinho que lança seus dejetos diretamente na praia da Avenida em Maceió (figura 3).

**Figura 3**-Riacho Salgadinho e sua foz em Maceió, Alagoas-Praia da Avenida.



Fonte: [www.superfutil.blogspot.com.br/B\\_Maceio](http://www.superfutil.blogspot.com.br/B_Maceio). Acesso em: 21/02/2017.

Enquanto o poder público não assumir plenamente suas responsabilidades frente a problemas desse tipo, que podem afetar de forma séria a imagem da destinação Alagoas, a zona costeira do estado vai conviver com áreas bem preservadas, que geram atratividade turística, e áreas altamente degradadas que afastam os turistas de determinadas áreas.

### **Necessidades de gestão ambiental da zona costeira de Alagoas**

Este trabalho identifica, por um lado, que a zona costeira do estado de Alagoas apresenta grande potencial turístico, particularmente devido às suas características naturais que envolvem a presença de rios, mar, praias, mangues, recifes e dunas, dentre outros tipos de ambientes que geram atratividade turística.

Ao mesmo tempo fica evidente no trabalho que apesar dos problemas ambientais que afetam a região, acarretados principalmente pela urbanização, às vezes resultante da própria turistificação da área, a zona costeira alagoana ainda apresenta extensas áreas em bom estado de conservação. Assim, há grandes possibilidades para um redirecionamento na forma pela qual o turismo vem se desenvolvendo na região.

Verificaram-se problemas ambientais, tais como erosão marinha e lançamento de lixo a céu aberto, causados pela própria atividade turística. Essa situação paradoxal – pois o turismo depende de ambientes bem conservados para a sua existência – ilustra a afirmação de Era (2005) segundo a qual os empresários nas sociedades capitalistas transformam a natureza em commodities, que são comercializadas no mercado, nesse caso,

o mercado turístico. E como esse mercado não tem controles adequados, nem para os consumidores nem para o desenvolvimento do produto turístico – destinações –, o meio ambiente tende a ser deixado de lado, principalmente em áreas subdesenvolvidas nas quais as classes dominantes impõem os seus interesses de curto prazo ao restante da sociedade.

Fica claro, entretanto, que essa relativa dificuldade do turismo contribuir para o desenvolvimento sustentável em Alagoas relaciona-se quase exclusivamente às características políticas desse estado, cujas relações sociais de produção, capitalistas atrasadas, fazem com que as classes dominantes se apropriem da máquina administrativa do estado e se concentrem em seus interesses particulares. Assim, as ações de formulação e implementação de políticas públicas setoriais, dentre as quais a de turismo, termina ficando em segundo plano. Na figura 4 ver-se um exemplo de erosão marinha que vem acontecendo ao longo do litoral Alagoano.

**Figura 4** - Erosão marinha em Barra Nova, Marechal Deodoro, Alagoas



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.alagoas24horas.com.br>. Acesso em: 02.fev.2017.

As zonas costeiras representam um dos maiores desafios para a gestão ambiental no país, por apresentar densa infraestrutura implantada, grandes centros populacionais e grande diversidade de ecossistemas e atividades econômicas. Além, no caso de Alagoas tem havido uma marcada negligência com o meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o meio ambiente como bem de uso comum e declarou a zona costeira como patrimônio nacional, afirmando um princípio jurídico que sustenta toda a aplicação da legislação federal e estadual para essa faixa do território, gerando, assim, um sistema de alta coerência e eficácia.

O objetivo maior da gestão ambiental na zona costeira de Alagoas é uma busca permanente pela melhoria da qualidade ambiental, dos serviços e produtos, assim como do ambiente de trabalho das organizações públicas e privadas, e da coletividade como um todo. A busca permanente da qualidade ambiental é, portanto um processo de aprimoramento constante do sistema de gestão ambiental global de acordo com a política ambiental estabelecida pelo poder público, e que deve ser adotada como uma meta também pelas organizações – públicas e privadas –, assim como pela sociedade como um todo. Dessa forma, a gestão ambiental responsável não deverá ficar restrita somente às empresas privadas e ao poder público, mas deve se estender também à população em geral.

Os recursos naturais que compõem a base da oferta turística da zona costeira alagoana são limitados. Do jeito que vêm sendo usados pela atividade turística tem feito com que eles sejam fortemente afetados, pelo menos localmente, pelos processos de utilização, o que tem causado degradação ambiental além do aceitável, em que, no contexto puramente mercadológico, as relações passam a ser meramente comerciais (MARX, 2004, p.94).

Atualmente, há um reconhecimento tanto do valor da natureza por si só como do seu valor econômico. Por exemplo, a água, no caso do Brasil historicamente vista como sendo abundante, o que levou a um uso irresponsável, possui valor econômico. E se pagará cada vez mais por esse recurso natural. Especificamente no caso do turismo, a água exerce uma grande atração sobre a demanda turística, fazendo com que grandes números de pessoas se desloquem a grandes distâncias para ficar próximo ao mar. De forma semelhante, determinadas indústrias, principalmente com tecnologias avançadas, necessitam de área com relativa pureza atmosférica. Ao mesmo tempo, uma residência num bairro com ar puro custa bem mais do que uma casa em região poluída.

Diante desse quadro, é preocupante o fato de o turismo vir expandindo na zona costeira alagoana de forma espontânea, isto é, sem o devido planejamento ou gestão. Os detentores do capital investido na construção de hotéis, resorts, bares, restaurantes e condomínios de segundas residências na zona costeira de Alagoas não têm incorporado uma preocupação real com o meio ambiente. Tem-se se verificado a construção de tais equipamentos sobre a linha de praia, sobre manguezal, restingas em áreas protegidas e margens de cursos d'água. A erosão marinha amplamente publicada em jornais alagoanos no mês de agosto do corrente ano é um exemplo inegável da situação inadequada de muitos empreendimentos ligados ao turismo, lazer e recreação no litoral alagoano.

Vale repetir aqui a afirmação de Santos Filho (2015, p. 46): “[...] a consideração que o capitalismo tem para o turismo nada possui de nobre, mas está voltada, com poucas exceções, a interesses exclusivamente econômicos”. Assim, se o poder público não atuar segundo suas responsabilidades institucionais para garantir que a turistificação do espaço observe o meio ambiente e os interesses coletivos, a situação ambiental da zona costeira alagoana poderá se tornar tão séria a médio e longo prazo que inviabilizará qualquer pretensão de desenvolvimento sustentável com base no turismo nessa parte do território desse estado.

Não há dúvidas de que a legislação ambiental exige cada vez mais respeito e cuidado com o meio ambiente, exigência essa que conduz a ser ter uma visão crítica a respeito da relação sociedade/natureza, não só em Alagoas, mas em praticamente todo o mundo. Pressões e campanhas desenvolvidas pela sociedade civil organizada, de ação local, nacional e mesmo internacionais, exigem cada vez mais responsabilidades ambientais de todos os segmentos produtivos, sociais e políticos. Sem uma mudança de direção mais forte, no que diz respeito a se levar em consideração o meio ambiente nas políticas de desenvolvimento, a tendência é que áreas tão bonitas como a zona costeira de Alagoas venham a se inviabilizar completamente para as atividades turísticas.

A análise geral realizada neste trabalho sobre como o turismo, como uma atividade capitalista contemporânea de grande escala, vem se desenvolvendo na zona costeira do estado de Alagoas, identifica uma série de problemas ambientais decorrentes dessa atividade. Fica claro também que se o governo municipal, estadual e federal não tomar as devidas providências administrativas e técnicas, a situação ambiental dessa parte do território alagoano tenderá a se agravar. Se esse for o caso, as atividades turísticas poderão ser afetadas seriamente.

## CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ficou evidente que o turismo vem se desenvolvendo rapidamente na zona costeira alagoana. Entretanto, esse desenvolvimento, do ponto de vista espacial, é desigual, com áreas densamente ocupadas, áreas com ocupação mais rarefeitas e grande extensão litorânea ainda bem preservada verifica-se que em determinadas áreas, nas quais a atividade se implantou de forma mais densa, vem ocorrendo sérios problemas ambientais que degradam de forma significativa o potencial turístico dessas áreas. Tais problemas incluem dentre outros poluição por lixo e esgoto,

aterro de manguezais, ocupação de restingas em áreas protegidas legalmente, construção nas margens de cursos d'água e destruição de recifes de corais; Deixando algumas inquietações quando surgiu na pesquisa que o poder público, nos três níveis político-administrativos (municipal, estadual e federal) as vezes ou quase sempre é omissivo em relação a tais problemas.

Diante desse quadro, se conclui que, a continuar esse tipo de situação, há poucas possibilidades de o turismo contribuir para o desenvolvimento sustentável na zona costeira do estado de Alagoas. Diante da força do capitalismo globalizado, que em parte comanda o processo de turistificação do estado de Alagoas, se o poder público como um todo não assumir a responsabilidade pelo planejamento e gestão ambiental das atividades turísticas em solo alagoano, a retórica em torno do desenvolvimento sustentável continuará sendo apenas uma retórica mesmo.

## REFERÊNCIAS

1. ANDERY, M. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. In: **A prática, a história e a construção do conhecimento: Karl Marx (1818-1813)**. 6 ed. São Paulo e Rio de Janeiro: EDUC/Espaço e Tempo, 1996.
2. CORREIA, M. D. & SOVIERZOSKI, H. H. **Ecosistemas marinhos: recifes, praias e manguezais**. EDUFAL – Editora da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil. 2005. P.55. Disponível em: < [www.usinaciencia.ufal.br/docs/Ecosistemas\\_Marinhos\\_recifes\\_praias\\_e\\_manguezais.pdf](http://www.usinaciencia.ufal.br/docs/Ecosistemas_Marinhos_recifes_praias_e_manguezais.pdf)>. Acesso em: 02. jan. 2017.
3. ERA uma vez Carneiros. Turismo & Lazer. **Jornal do Comercio**. Recife, 2005. P.1.
4. MARX, Karl. **O capital: extratos** por Paul Lafargue. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
5. ROBERTS, P. J. **Marine Environmental Protection and Biodiversity Conservation: The Application and Future Development of the IMO's Particularly Sensitive Sea Area Concept**. Springer-Verlag. New York. 2007. 310p.
6. SANTOS FILHO, J. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In.: **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.